

## **“A COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO EM DEBATE”: AS ATUAÇÕES DO DEPUTADO BAIANO MANOEL NOVAES NAS DISCUSSÕES DA PROPOSTA: 1946-1947.**



### **“THE SÃO FRANCISCO VALE COMMISSION IN DEBATE”: DEPUTY BAIANO MANOEL NOVAES'S ACTIONS IN PROPOSAL DISCUSSIONS: 1946-1947**

**MARLON ANDREY NUNES DA SILVA<sup>1</sup>**

#### **Resumo**

O objetivo deste artigo é apresentar os argumentos e as estratégias políticas utilizadas pelo deputado baiano Manoel Novaes (1908-1992) nas discussões parlamentares acerca da proposta de criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), entre os anos 1946 e 1947. Sendo assim, buscamos trabalhar a conjuntura social do surgimento da proposta e os argumentos apresentados pelo parlamentar, tanto de cunho desenvolvimentista quanto de cunho nacionalista, além das suas estratégias políticas. Destarte, nosso argumento central é o de que, para além dos argumentos de Novaes com teor desenvolvimentista e nacionalista e de suas manobras políticas, é perceptível os interesses regionais nas atuações do parlamentar, principalmente os interesses das elites econômicas locais e dos políticos, que vislumbravam reforçar suas bases eleitorais. Neste artigo, utilizamos como fonte principal o livro *Memórias do São Francisco* (1989) de Manoel Novaes juntamente com conteúdos disponibilizados em *websites*, além disso, utilizamos para nossa discussão a bibliografia especializada sobre o tema.

**Palavras-chave:** Vale do São Francisco. Comissão. Manoel Novaes.

#### **Abstract**

The purpose of this article is to present the arguments and political strategies used by Bahia deputy Manoel Novaes (1908-1992) in parliamentary discussions about the proposal to create the São Francisco Valley Commission (CVSF), between the years 1946 and 1947. Being thus, we seek to work on the social conjuncture of the emergence of the proposal and the arguments presented by the parliamentarian, both of a developmental and nationalist nature, in addition to his political strategies. Thus, our central argument is that, in addition to Novaes' arguments with developmentalist and nationalist content and his political maneuvers, the regional interests in the parliamentarian's actions are noticeable, especially the interests of local economic elites and politicians, who envisioned strengthen their electoral bases. In this article, we used Manoel Novaes's book

---

<sup>1</sup> Licenciado e Mestre em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/MG). Especialista em Educação Moderna da PUCRS. Doutorando em História na UNESP, Campus de Assis/SP.



*Memórias do São Francisco* (1989) as the main source together with content available on websites. In addition, we used the specialized bibliography on the topic for our discussion.

**Keywords:** São Francisco Valley. Commission. Manoel Novaes.

## Introdução

Os anos de 1940 está associado, na historiografia econômica, como um período de intensos discursos realizados por parte de economistas e especialistas em desenvolvimento, acerca da necessidade de uma maior participação do Estado no que tange ao desenvolvimento econômico e social das nações, especialmente, as chamadas nações “subdesenvolvidas”. Nesse sentido, com o intuito de dirimir os chamados “desequilíbrios regionais”, o Estado brasileiro passou, a partir da década de 1940, a debater a criação de instituições e autarquias que fomentassem o desenvolvimento das regiões consideradas “atrasadas”, tendo participado destes debates economistas brasileiros importantes como Roberto Campos (1917-2001) e Celso Furtado (1911-1994). Em relação a região do São Francisco, podemos citar como iniciativas a criação da *Companhia Hidrelétrica do São Francisco* (CHESF), criada em 1945, a *Companhia do Vale do São Francisco* (CVSF), fundada em 1948 e a *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE), criada em 1959 (SILVA, 2016, p. 8).

Nesse sentido, em relação a Comissão do Vale do São Francisco, a mesma foi oficialmente criada em 15 de dezembro de 1948, entretanto, a apresentação de sua proposta ocorrera mais de dois anos antes, em junho de 1946, nos debates da Assembleia Constituinte, pelo deputado baiano Manoel Novaes<sup>2</sup>. Sendo assim, entre a proposta inicial de criação da autarquia até a efetiva criação da mesma em 1948, houve muitos discursos, debates e conflitos visando o estabelecimento da instituição. Nessas discussões, se sobressaiu Manoel Novaes, médico pernambucano que se radicou na Bahia, e que na época das discussões para a criação da proposta estava filiado a União Democrática Nacional (UDN) da Bahia.

Sobre Manoel Novaes, o mesmo nasceu na cidade de Floresta, no Estado de Pernambuco, no dia de 6 de março de 1908 e faleceu em Brasília, Distrito Federal, em 23 de janeiro de 1992. Filho de João Novaes e Benvinda Cavalcanti, Novaes formou-se em

---

<sup>2</sup> Há uma incerteza em relação à escrita do nome de Novaes. Seu nome aparece grafado de vários modos: Manuel Novais, Manuel Novaes, Manoel Novais e Manoel Novaes. Neste trabalho, adotamos o último nome, pois o mesmo está presente no livro de autoria de Novaes, *Memórias do São Francisco*.



Medicina na Universidade Federal da Bahia, em 1930, tendo trabalhado na área da saúde pública no estado baiano.<sup>3</sup> Politicamente, sua vida começou como orador público nos comícios da Aliança Liberal e depois foi oficial de gabinete dos interventores Bastos do Amaral e Juracy Magalhães. Foi eleito a um cargo público pela primeira vez em 1933, na ocasião deputado federal pela Bahia pelo Partido Social Democrático (PSD). Esse seria o início de uma longa trajetória política, tendo cumprido treze mandatos ao todo, doze deles consecutivos representando o Estado baiano. Foi constituinte em 1934, mantendo-se ativo na política até o decreto do Estado Novo em 1937, quando teve que se exilar na Europa.

No ano de 1945, Novaes retornou a vida pública e foi eleito como deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN). Constituinte de 1946, foi um dos fundadores do Partido Republicano na Bahia, sendo eleito novamente em 1950, 1954, 1958 e 1962. Em 1966, foi eleito deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sendo reeleito em 1970, 1974 e 1978. Com o retorno do pluripartidarismo, foi candidato pelo Partido Democrático Social (PDS), e foi eleito em 1982 para o seu décimo segundo mandato. Depois do fim da Ditadura Militar, candidatou-se pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e disputou as eleições de 1986, porém acabou perdendo. Depois de tanto tempo no poder, como um dos maiores representantes do Estado da Bahia, Manoel Novaes sofre, em 1986, não apenas uma derrota nas urnas, mas o fim de sua carreira política.<sup>4</sup>

Importante ressaltarmos que, cerca de três anos após sua derrota política, o então ex-deputado Manoel Novaes publicou sua autobiografia, que recorreremos como principal fonte neste trabalho, intitulada *Memórias do São Francisco* (1989). De modo geral, na obra, Novaes trabalhou o rio São Francisco e a região do Vale, apresentou dados geográficos e históricos e também citou as primeiras expedições de pesquisa e as primeiras tentativas de intervenção política e econômica na região. A partir daí, o texto passa a narrar os discursos e as atuações de Novaes desde os debates em relação à criação da CVSF até o fim de sua carreira política. Nesse sentido, ao utilizarmos este material como fonte de pesquisa, estamos cientes de que as narrativas construídas pelo ex-deputado são uma invenção do passado, na qual o autor, por exemplo, oculta fatos “desagradáveis” em relação a sua imagem ao mesmo tempo em que supervaloriza suas atuações, se colocando como um “herói” na defesa do São Francisco.

---

<sup>3</sup>Genealogia Pernambuco. Disponível em: <http://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=2585&dir=genxdir/>. Acesso em 17 de outubro de 2016.

<sup>4</sup> NOVAIS, Manoel. Cf. Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 9 de junho de 2016.



Assim sendo, como já afirmado, o parlamentar Novaes foi bastante atuante tanto nos debates que precederam a criação da Comissão quanto na execução das propostas estabelecidas, principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Conhecido como o “Manelão da caatinga”, “Barão do São Francisco”, o “líder do Sertão”, Novaes era, nas décadas de 1950 e 1960, o mais influente e atuante político baiano no Congresso Nacional. Nas palavras do escritor e jornalista Sebastião Nery: “Houve um tempo, longo tempo [...], em que Novaes não era um mandato, era uma bancada. Decidia a eleição de muita gente, bancadas inteiras”.<sup>5</sup> Ainda segundo Nery, o mesmo enalteceu Manoel Novaes em seu poema “O Velho e o Rio”, evidenciando a grande influência que o político possuía em relação aos aliados, inimigos e o eleitorado:

Manoel Novaes fazia comício em Barra, à beira do São Francisco, nos estorricados sertões da Bahia. Um candidato a vereador fala ao povo, apinhado na praça da feira:

- Minha gente, quem deu a perfuratriz?
- Foi Novaes.
- O que é a que a perfuratriz faz?
- Fura e tira água do rio.
- A vaca que dá leite a nossos filhos bebe o que?
- Bebe água.
- Então quem dá leite aos nossos filhos?
- É Novaes.
- Então Novaes é a vaca santa do rio e do sertão.

Durante mais de meio século, Manoel Cavalcanti Novaes, alto, quase dois metros, voz de trovoadas, cara grande e generosa de sertanejo, olhos fortes, ensolarados, foi exatamente isso: a vaca santa, sagrada, leite e esperança, verba e emprego, presença e trabalho, do infinito sertão do São Francisco (NOVAES, 1989, p. 13).

### **A criação da CVSF em questão: o primeiro discurso de Manoel Novaes e suas articulações políticas posteriores**

A data era 26 de junho do ano de 1946, uma quarta-feira. O deputado baiano Manoel Novaes subiu à tribuna sob ordem direta do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o senador Fernando de Melo Viana (1878-1954) do Partido Social Democrático (PSD) de Minas Gerais. Com grande eloquência e profundo conhecimento acerca do assunto que era tratado, Novaes baseou seus argumentos em prol da criação da CVSF a partir de ideais desenvolvimentistas e da necessidade de “redenção do Vale”. Em todo o seu discurso, conceitos como o de planejamento, racionalidade, ciência e técnica perpassaram suas falas, juntamente com afirmações que falavam da necessidade de se

---

<sup>5</sup> “O Velho e o Rio”, poema de Sebastião Nery. Disponível em: <http://www.sebastiaonery.com/2016/09/o-velho-e-o-rio/>. Acesso em 17 de outubro de 2016.



colocar a região do Vale do São Francisco como causa de natureza nacional, pois “salvar o São Francisco, seria salvar o Brasil” (NOVAES, 1989, p. 26).

Para o parlamentar, a proposta de incluir o São Francisco na Constituição de 1946 se devia ao fato de que a região do Vale “não podia ficar à mercê de flutuações governamentais, resultantes de substituições periódicas do Chefe do Poder Executivo, assim como sofrer protelações oriundas de infindáveis discussões técnicas e incompreensão [sic] ou simpatia de Ministérios” (NOVAES, 1989, p. 27). Manoel Novaes também criticou o caráter paliativo das medidas anteriormente aplicadas em prol do São Francisco, que ao invés de resolverem os problemas do Vale, afirmou o parlamentar, acabou postergando a solução de suas debilidades. O deputado defendeu também uma intervenção planejada e rápida na região. Segundo ele, a necessidade de rapidez para viabilizar recursos se baseava no argumento de que os parlamentares estavam diante de um dilema, em suas palavras: “ou faremos o aproveitamento do São Francisco, ou o Brasil desaparecerá como potência econômica” (NOVAES, 1989, p. 38).

Mais do que deixar de ser uma potência econômica, Novaes argumentava que o abandono para com o São Francisco levaria a uma quebra da unidade nacional, pois:

(...) será um imenso deserto, separando, irremediavelmente, o Norte do Sul do país, a consumir os últimos restos de uma economia descontrolada e apagar os vestígios de uma civilização, legada pelos nossos maiores, que não fomos capazes de salvar; será a ruína e o aniquilamento de uma raça que se plasmou nos sertões para glória da Pátria; será o túmulo da unidade brasileira!” (NOVAES, 1989, p. 40).

É importante ressaltar que o deputado baiano acabou conseguindo o apoio de boa parte da Assembleia, apoio este que não veio somente do discurso, mas através de acordos e alianças formadas em torno do projeto. Na continuação de seu discurso, Novaes deu ênfase ao fenômeno do despovoamento das populações ribeirinhas, alegando que por causa das secas os moradores acabavam abandonando a bacia e indo em direção de outros Estados (NOVAES, 1989, p. 37). Em sua fala, ele afirmou que:

Contingente ao abandono do São Francisco, presenciamos, desolados, o despovoamento de sua bacia, cujos moradores adoram-no como a Deus, que protege seu lar, seu pão e sua saúde. Em dolorosa retirada, anualmente, milhares de ribeirinhos sobem suas águas, de cambulhada como os nordestinos vítimas das secas, para lavar com seus músculos e regar com seu suor as fecundas terras paulistas e bateiar as gemas preciosas nos garimpos de Mato Grosso e Goiás (NOVAES, 1989, p. 40).

Junto com o problema do despovoamento, o parlamentar alertou para a falta de saneamento básico na região. Segundo ele, o problema sanitário era o “calcanhar de Aquiles” das populações ribeirinhas do Vale. A assistência médico-hospitalar era



deficiente e o número de doenças era bastante alto, tornando essa região uma das que mais possuíam elevados índices de mortalidade do Brasil e do mundo. Doenças como “implaudismo endêmico”, “minada pela verminose”, “sífilis”, “tuberculose”, entre outras, foram citadas por Novaes em seu discurso, conclamando assim a uma intervenção direta na região, visando resolver questões humanitárias. Para o deputado, “ver a população sanfranciscana padecer naquele estado e não fazer nada”, era deixar “de lado uma gente que era uma grande força operativa da Nação.” Nesta lógica, a partir das falas do parlamentar, defender a criação da CVSF seria “defender a indefesa população ribeirinha” (NOVAES, 1989, p. 40).

Nesse sentido, as ideias centrais do discurso de Novaes sempre se repetiam, seja por ele mesmo ou por membros da Comissão, que de quando em vez interrompiam o discurso do parlamentar com o intento de elogiá-lo. Algo importante a se ressaltar é que, entre as várias formas de justificativas adotadas pelo deputado com o objetivo de amparar a criação da CVSF, estava a comparação com aquilo que o economista Albert Hirschmann (1915-2012) chamou de “modelo TVA”. Criada em maio de 1933, a *Tennessee Valley Authority* foi fundada na gestão do presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) no contexto do *New Deal*<sup>6</sup> e entre as suas principais diretrizes, definia a construção de 28 barragens no Tennessee e seus afluentes, além de ser administrada por uma equipe de técnicos e especialistas. O “modelo TVA” foi usado por Novaes em seu discurso, destacando a importância da autarquia para os Estados Unidos e a configuração interna da Comissão, alegando que após a construção da TVA “o espírito empreendedor dos habitantes em torno do rio e da população do Missouri aumentou”, classificando a obra como umas das mais sublimes que a civilização ocidental construiu (NOVAES, 1989, p. 34).

Ainda segundo Albert Hirschmann (1969, p. 33), era muito comum o uso do “modelo TVA” em outros países quando se discutiam projetos de desenvolvimento, sendo usado como exemplo de algo que “já deu certo” e que era digno de ser imitado. A

---

<sup>6</sup> O *New Deal* foi um programa de intervenção estatal que ocorreu nos Estados Unidos, pós-crise de 1929, implantada pelo presidente Roosevelt que atuou em duas etapas (1933-1934 e 1935) No caso da TVA, ela foi criada no contexto da primeira etapa do *New Deal*. Essa primeira etapa, segundo Purdy, foi “um pacote de reformas para promover a recuperação industrial e agrícola, regular o sistema financeiro e providenciar mais assistência social e obras públicas. O principal órgão público criado pelas reformas, a Administração da Recuperação Nacional (NRA em inglês), foi desenhado para controlar a economia por meio de uma série de acordos entre empresários, trabalhadores e o governo, estabelecendo limites para preços, salários e competição. Programa de planejamento regional, obras públicas e subsídios à construção civil tentaram animar a economia enquanto diversos esquemas de previdência e empregos públicos foram implementados para mitigar o desemprego” (PURDY, 2016, p. 209-210).



configuração da TVA também era muito enfatizada nos debates e discussões da Assembleia Constituinte, pois ela possuía um caráter mais centralizador, sendo submetida somente ao presidente, tendo os técnicos e especialistas como os agentes principais, evitando assim as negociações e os contratempos de uma instituição que dependia do Legislativo. Desviando-se “dos debates e dos interesses dos políticos”, a TVA era um modelo de autarquia que “operava sob a égide da técnica e da ciência”. Era essa a configuração interna que Novaes queria para a Comissão do Vale do São Francisco.

O discurso do parlamentar naquela quarta-feira chegou em sua parte final com a repetição das mesmas ideias e argumentos propostos anteriormente, agora de forma mais detalhada em alguns aspectos. Finalizou sua apresentação elencando uma vez mais a dívida que o Brasil tinha com o rio São Francisco e a sua população, afirmando que a Constituição de 1946 tinha “o dever de saudar o débito que a nação tinha para com o rio”:

Restaurada a saúde do nosso sertanejo, para o amanhã da terra irrigada, para o trato dos currais, para o labor das fábricas eletrificadas, retomará o São Francisco o ciclo de seu antigo esplendor e a Constituinte de 1946 terá saldado a dívida imprescritível que o País contraiu com o Rio, que foi “o caminho da civilização brasileira” (NOVAES, 1989, p. 48).

Segundo relatou o próprio Novaes, ao finalizar seu discurso, todos os parlamentares teriam ovacionado e aplaudido o deputado, o elogiando pelo “vasto conhecimento” que o mesmo tinha sobre o Vale do São Francisco. Entretanto, nem todas as notícias foram boas para o parlamentar baiano. Um movimento encabeçado pelos deputados paulistas visava rejeitar o anteprojeto constitucional, que fixava percentuais da receita tributária para a região do Polígono das Secas<sup>7</sup> e da Amazônia Legal<sup>8</sup>, ação esta que atrapalhava as reivindicações do Vale do São Francisco, contidas na Emenda 179.

Diante deste problema, o parlamentar buscou apoio no Poder Executivo. Com a ajuda do senador maranhense Vitorino Freire (1908-1977) que era vinculado ao Partido

---

<sup>7</sup> Caracterizada como uma zona árida, o Polígono das Secas compreende boa parte da região nordeste do Brasil abrangendo os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. É uma região sujeita à repetidas crises de prolongamento das estiagens, sendo objetivo especial de providências do setor público. Disponível em: <http://www.ctinordestedobrasil.com.br/poligono.html>. Acesso em 25 de julho de 2017.

<sup>8</sup> A Amazônia Legal foi criada pelo governo brasileiro com o propósito de planejar e executar projetos de desenvolvimento social e econômico nos estados da região amazônica. As definições propostas na Amazônia Legal foram criadas baseadas em análises estruturais e conjunturais, levando em consideração os aspectos sociopolíticos e não geográfico. Ela é uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup>, correspondendo a cerca de 61% do território brasileiro e ocupa os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-oque-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em 25 de julho de 2017.



Social Democrático (PSD) do Maranhão,<sup>9</sup> Novaes teve uma audiência com o então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) com o objetivo de obter o apoio do presidente ao projeto do Vale do São Francisco. Segundo o deputado, depois de ouvi-lo, o presidente da república teria “tomando o telefone, falou com o Senador Nereu Ramos, líder na Constituinte, e lhes transmitiu instruções para apoiar literalmente a Emenda 179”, contornado assim os entraves colocados pelos parlamentares paulistas (NOVAES, 1989, p. 48-49).

Depois deste encontro pessoal com o presidente, munido de uma cópia do discurso na Comissão e um mapa do São Francisco, Novaes conseguiu o apoio do Executivo a sua causa desbancando a frente paulista que queria impedir o avanço do projeto, evidenciando assim seu grande poder político junto aos parlamentares da época, em especial da região Norte e Nordeste, além de alinhamentos políticos com o chefe do executivo. Segundo a historiadora Dilma Andrade de Paula, durante toda a sua carreira política Manoel Novaes “transitou por vários partidos, fez-se sob a égide da CVSF e sempre buscou manter-se próximo ao governo federal, seja em períodos democráticos (sob Dutra) ou ditatoriais (após 1964)” (PAULA, 2015, p. 13). Isto é, a cada governo federal que surgia, o parlamentar baiano se redefinia. O deputado criticava certas ações dos governos, principalmente no que concerne ao São Francisco, mas em última instância, sempre apoiava os políticos e partidos da situação.

Vencido o confronto com os paulistas, em 04 de setembro de 1946 a Emenda 179 foi aprovada com o seguinte texto:

Fica o Governo Federal obrigado, dentro do prazo de vinte (20) anos a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará anualmente quantia não inferior a 1% da renda tributária (NOVAES, 1989, p. 49).

Quatorze dias depois da aprovação da Emenda 179, a Constituição Brasileira de 1946 foi promulgada e junto dela, estava sacramentada a emenda que estabelecia a criação da Comissão do Vale do São Francisco. Depois de aprovada, a Emenda 179 teria mais um obstáculo pela frente e o deputado baiano Manoel Novaes mais uma batalha a travar.

---

<sup>9</sup> Arquivo CPDOC-FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Vitorino.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2016.





Neste contexto, o deputado pernambucano Agamenon Magalhães (1893-1952), do PSD/PE<sup>10</sup>, então presidente da Comissão de Justiça na época, comunicou a Manoel Novaes que alguns membros da Comissão de Justiça estavam querendo barrar a emenda do São Francisco, alegando que os recursos vinculados ao projeto deveriam figurar no orçamento da República somente após aprovação do Plano Geral. Novamente Novaes buscou apoio do presidente Dutra, que, segundo testemunha o próprio parlamentar, recomendou apresentar um Projeto de Lei esclarecendo a definição e a aplicação dos recursos, baseando as informações em técnicos e especialistas. Além desta recomendação, Dutra teria garantido a Manoel Novaes que conversaria com o presidente da Comissão de Justiça e também com os seus ministros, no intuito de dirimir todo o impasse na aprovação do projeto (NOVAES, 1989, p. 52-56).

Diante disso, o deputado iniciou os trabalhos para a construção do Projeto de Lei, tendo chamado diversos técnicos e especialistas, entre eles, o engenheiro Geraldo Rocha (1881-1959), o senador Apolônio Sales (1904-1982) filiado a coligação do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro (PSD-PTB) pertencente a Pernambuco, o médico e sanitarista Mario Pinoti (1894-1972) e o professor da Escola Nacional de Engenharia e ex-ministro da aviação Maurício Joppert (1890-1985). Estes especialistas apresentaram na Comissão os vários problemas da região sanfranciscana, desde a ausência de estruturas para hidrelétricas e irrigação até problemas sanitários e educacionais. Levantados esses depoimentos, Novaes apresentou o Projeto 244 no dia 17 de dezembro e foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em dentro de 48 dias, sendo sancionado pelo presidente Dutra em 15 de fevereiro de 1947 e denominado Lei 23 (NOVAES, 1989, p. 52-56).

Acerca da presença de técnicos e especialistas no debate da Comissão, é importante destacarmos que, durante os debates e discussões em torno do projeto, tanto os técnicos quanto os políticos possuíam uma retórica generalizante em torno da região do Vale. Apesar de algumas especificidades das regiões aparecerem em algumas falas, o discurso sempre era totalizante, passando a ideia de que o Vale do São Francisco seria um todo homogêneo – culturalmente, socialmente e economicamente (PEREIRA, 2017, p. 127). Entretanto, havia também contradições entre os discursos dos técnicos e dos políticos. O historiador Laurindo Mekie explica:

---

<sup>10</sup> Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&id=339](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=339). Acesso em 24 de outubro de 2016.



(...) os técnicos parecem um pouco mais atentos às diferenças no interior do Vale, ao passo que os deputados investem mais na retórica generalizante. A situação se inverte na hora de propor medidas concretas. Nesse momento, os primeiros se mostram mais adeptos de medidas globais, ao passo que os últimos investem tudo que podem para garantir recursos para localidades específicas. A diferença possivelmente se explica pelos distintos papéis que os dois segmentos desempenham. *Os parlamentares estão sujeitos ao processo eleitoral, o que lhes impõem ações mais específicas, apresentadas como gerais.* Já os técnicos, embora integrando o campo político e também sujeitos às suas regras, gozam de maior autonomia em relação ao jogo eleitoral, daí a possibilidade de enfatizarem medidas mais globais (PEREIRA, 2017, p. 128, grifos meus).

Como afirmado, na hora dos discursos, os parlamentares se mostravam preocupados com a nação, diferente dos técnicos que focavam problemas específicos em regiões específicas. Porém, na hora das medidas concretas, os parlamentares, por terem bases eleitorais nas regiões e por serem, em sua maioria, representantes das elites locais, acabavam por destinar recursos para as suas bases, beneficiando as elites regionais e conquistando o voto da população local, sendo possível vislumbrar a chamada “pequena política”, como definida pelo filósofo italiano Antônio Gramsci. Nesse sentido, a “pequena política” poderia ser definida como a redução dos conflitos políticos ao jogo parlamentar, fazendo com que o político renuncie a toda estratégia de transformação e aja de forma contrária aos interesses do povo (GRAMSCI, 2000, p. 21). Ainda acerca da “pequena política”, Dilma Andrade de Paula afirmou que:

São mecanismos essenciais, portanto à criação da hegemonia do sistema capitalista, conjugando, em medidas desiguais, coerção, consenso e corrupção/fraude, sempre contando com a elaboração/divulgação de intelectuais por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”. Sujeitos como Manoel Novais conseguiram se construir enquanto parlamentares recriando mecanismos da “pequena política” dentro e fora do parlamento, mas encobrendo tais mecanismos dos eleitores, de forma a parecer exercício de grande política (PAULA, 2015, p. 15-16).

Aprovada em 15 de fevereiro, a Lei 23 possuía 11 artigos que definia a destinação de recursos para o custeio da Comissão, construção de usinas hidrelétricas, construção de barragens, rodovias, levantamentos aerofotogramétrico, linhas telegráficas e hospitais. Nesse mesmo ano, depois desta conquista, Novaes buscou dar continuidade a Lei 23 encaminhando para plenário o Projeto 262, apresentado no dia 17 de dezembro de 1946, no qual o deputado propunha a criação da Comissão do Vale do São Francisco. O Projeto 262 possuía 14 artigos e foi apresentado ao Congresso Nacional em 4 de janeiro de 1947 (NOVAES, 1989, p. 56-57).



## Novos debates para a criação da CVSF: o segundo discurso de Manoel Novaes em prol da proposta

No dia 26 de setembro de 1947, uma sexta-feira, o parlamentar Manoel Novaes proferiu na Comissão as suas palavras em defesa da aprovação do Projeto 669, originalmente o Projeto 262, na Câmara dos Deputados. O deputado baiano repetiu várias ideias e argumentos apresentados em seu primeiro discurso, tendo como diferença, a ênfase no despovoamento do solo, a ausência de comunicação na região, as secas na Bacia do São Francisco, além dos problemas sanitários e educacionais da região (NOVAES, 1989, p. 64).

No âmbito educacional e sanitário, o parlamentar destacou que o índice de analfabetismo na região era grande e que havia uma série de doenças e epidemias que impediam a capacidade produtora da população. Os problemas referentes a falta de comunicação eram diversos, pois, segundo o deputado, a ausência de um sistema ferroviário e rodoviário de qualidade não eram problemas exclusivos do Vale do São Francisco, mas sim, de todo o país. Investimentos em transportes também seriam necessários para o desenvolvimento de toda a região, além de amplos projetos de irrigação, visando conter as secas que atingiam o Vale. Diante de tantas dificuldades, sejam no campo da saúde, da educação ou estruturais, Novaes afirmava que “o despovoamento da região sanfranciscana era alto, aumentando cada vez mais o abandono e a pobreza do Vale” (NOVAES, 1989, p. 64).

Depois de fazer uma breve revisão dos já citados e conhecidos problemas da região, Manoel Novaes apresentou uma reclamação quanto a demora do Congresso em aprovar a criação da Comissão do Vale do São Francisco, comparando a letargia do Congresso brasileiro com a rapidez e eficiência do Congresso estadunidense, que teria aprovado a criação da TVA em apenas 30 dias. Essa lentidão, que segundo Novaes já durava 8 meses, “impedia o avanço da Comissão e postergava o desenvolvimento do Vale e da nação”:

Concordo, Srs. Deputados, com a necessidade de debatermos amplamente todos os projetos apresentados à Casa. Não é possível, porém, que numa questão dessas se gaste tanto tempo, em prejuízo da própria Nação e do povo do São Francisco; Temos um prazo limitado e não pode ele esgotar-se sem que, traindo nossos mandatos não tenhamos realizado a obra de aproveitamento econômico do Rio (NOVAES, 1989, p. 79).



Posteriormente, quando Manoel Novaes tecia a natureza e a configuração da Comissão, o deputado baiano argumentou que a procrastinação do Congresso em tocar o projeto do São Francisco fazia com que a todo o momento, o Presidente da República interpelasse à Comissão Parlamentar, buscando saber quando o Congresso aprovaria a autarquia que iria “redimir” o Vale.

Dando continuidade ao seu discurso, o deputado apresentou as “quatro vigas” do seu projeto, que definiriam o formato da Comissão, sua natureza e dotação orçamentária. O primeiro ponto se referia à direção da Comissão, que segundo ele, deveria ser composta por três diretores e não somente um, alegando que uma quantidade maior de diretores evitaria que um só se transformasse em uma espécie de ditador, decidindo todas as questões, além disso, uma diretoria plural serviria como um conselho, podendo debater e discutir os problemas do São Francisco. Nesse contexto, o deputado mineiro José Maria Alkmin (1901-1974) do Partido Social Democrático (PSD), expressou sua preocupação com a possível unilateralidade nas decisões da Comissão, defendendo a necessidade de mais pessoas nas tomadas de decisões (NOVAES, 1989, p. 79).

O segundo ponto apresentado por Novaes seria a subordinação da Comissão ao presidente da República. Diante desta proposta, alguns deputados questionaram o parlamentar baiano acerca dessa decisão, pois se temia que a mesma daria poderes ilimitados ao presidente, prejudicando assim os andamentos na Comissão. Em resposta, Novaes afirmou que os problemas que a Comissão seria chamada para solucionar são muito grandes, exigindo assim o máximo de unidade possível, principalmente a ação coordenada de cinco ministérios: o da “Viação”, da “Agricultura”, “Educação e Saúde”, “Aeronáutica” e “Marinha”, e isto, relatou o deputado, somente seria possível se a Comissão estivesse subordinada ao presidente da República (NOVAES, 1989, p. 79-80).

No terceiro ponto, Novaes tratou das competências da CVSF, definindo as suas áreas de atuação e o que iria fazer para promover o desenvolvimento do Vale. O último ponto apresentado se referia aos recursos financeiros destinados à Comissão. Segundo críticos, 1% da cota constitucional não seria suficiente para desenvolver a região. Novaes argumentou que 1% era pouco, mas o Plano dizia que o Governo Federal ficava obrigado a realizar as obras em um prazo de vinte anos, tempo suficiente para os investimentos necessários (NOVAES, 1989, p. 82-84).

Depois de apresentar os quatro pontos principais do projeto, o deputado baiano, que se encaminhava para finalizar o seu discurso, acabou respondendo a uma objeção levantada pelo deputado Luiz Viana (1908-1990) filiado à União Democrática Nacional



(UDN) da Bahia, que pedia a presença de observadores dos Estados sanfranciscanos na Comissão, o que foi logo rechaçado pelo deputado Hermes Lima (1902-1978) do Partido Socialista Brasileiro (PSB) da Bahia e apoiado por Novaes. Segundo Hermes Lima, o maior desafio da Comissão “seria superar os regionalismos que interviria no prosseguimento das obras”. Em sua resposta, Novaes afirmou que os particularismos deveriam ser evitados, pois, no processo de execução das obras, os diversos interesses conflitantes dos Estados impediriam o andamento dos trabalhos da Comissão. Outra crítica feita pelo deputado Novaes a possibilidade de uma maior participação dos Estados sanfranciscanos, se reside no fato de que, durante muito tempo os Estados cortados pelo rio “abandonaram” o São Francisco “a própria sorte”, o deixando de lado, sendo assim, não faria sentido, afirmou o parlamentar baiano, dar a estes Estados poder dentro da Comissão, pois estes acabariam, segundo Novaes, retardando as obras (NOVAES, 1989, p. 85-88).

Em seus discursos, como vimos acima, o deputado Manoel Novaes alegava estar bastante preocupado com a nação, com o desenvolvimento do Brasil como um todo, porém, na prática, as intervenções do político eram sempre destinadas para sua região. O discurso de “salvar o país do atraso” via investimento no Vale do São Francisco, servia apenas como invólucro para interesses particulares, conforme afirmou Laurindo Mekie Pereira: “Em síntese, o discurso começa e termina no nacional, na pátria. É o invólucro. No seu interior, no meio, aparecem os interesses de classes – pecuaristas, usineiros, industriais do sal [...]” (PEREIRA, 2017, p. 139). Ainda segundo Mekie, ao observarmos os discursos de Novaes, na introdução e nos nobres objetivos, “os pronunciamentos parecem indicar um grande consenso. No entanto, sob o extenso guarda-chuva do “Rio da Unidade Nacional”, abrigava-se numerosos conflitos” (p. 125).

Novaes concluiu o seu discurso salientando a importância de se colocar “o São Francisco dentro do Brasil”, buscando soluções dentro do território nacional para resolver seus problemas. Segundo o parlamentar, cabe a cada deputado olhar para o rio São Francisco como “ele realmente era”, em “suas necessidades, em suas grandezas e misérias, no interesse de seu povo, que é o interesse de toda a Nação” (NOVAES, 1989, p. 88). Outra vez, o deputado afirmava que os interesses do São Francisco seriam os interesses de toda a nação, estendendo a causa da região como se fosse de todos.

Segundo o sociólogo Israel de Oliveira Pinheiro (1999, p. 67), Manoel Novaes teve uma relação bastante próxima com diversos políticos baianos, como Clemente Mariani, Antônio Balbino, Luiz Viana Filho e Aristides Milton, além disso, o parlamentar



foi amigo dos governadores Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães, ambos da União Democrática Nacional. Estas amizades e proximidades podem ser tomadas como indicativas das articulações políticas do deputado em prol de sua região, em especial, das elites baianas.

Assim sendo, segundo afirmou a historiadora Dilma Andrade de Paula (2015, p. 13), Manoel Novaes pode ser considerado um “líder político rural”, que não conseguiu estabelecer suas bases eleitoreiras na cidade. Para ela, apesar de seus discursos em prol do “bem comum” e do “povo sofrido” do Vale do São Francisco, o parlamentar na verdade ensejava granjear apoio político e recursos para a realização de seus projetos na CVSF, agindo em favor de determinado conjunto de interesses, interesses estes que “não incluíam o povo”. O deputado possuía uma relação clientelística com o seu eleitorado, sendo que era no Estado da Bahia que Novaes detinha seu “curral eleitoral”, utilizando diversas obras construídas no Estado como moeda política, tanto entre os políticos locais quanto entre os eleitores, praticando aquilo que Gramsci definiu como “pequena política”.

Segundo afirmou o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989, p. 10-12): “as ideologias servem interesses particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comum ao conjunto do grupo”. Acerca disso, o filósofo alemão Karl Marx, já há muito tempo, havia feito uma reflexão sobre a generalização dos interesses particulares, pois:

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes. A classe que é a força material governante é, ao mesmo tempo, a força intelectual governante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material controla concomitantemente os meios da produção intelectual, de sorte que as idéias daqueles que carecem desses meios ficam subordinadas à classe dominante. As idéias dominantes não passam de expressão ideal das relações dominantes. [...]. Os indivíduos componentes da classe dominante, [...] na medida em que dominam como classe e determinam a amplitude e o ritmo de uma época, é evidente que fazem isso em todos os setores – daí dominarem também, entre outras formas, como pensadores, como produtores de idéias e como reguladores da produção e distribuição de idéias de seu tempo (MARX; ENGELS, 1984, p. 72).

Desde o primeiro discurso de Novaes, passando pelas suas articulações e novamente outro discurso, percebemos como o mesmo lança mão de argumentos técnicos, científicos, sempre defendendo a necessidade de “desenvolvimento” e “progresso” para a região do Vale, ao mesmo tempo em que busca amparar seus argumentos a partir da “necessidade nacional”, pois sem o investimento adequado no São Francisco, “o Brasil nunca se tornaria uma potência”. Além disso, de forma cirúrgica, o deputado buscou articular a necessidade de criação da CVSF com os interesses dos povos



mais pobres do Vale, sempre usando o argumento do interesse geral, da vontade coletiva. Para Luciano Gruppi:

A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com ele uma aliança [...]. A classe operária, na Itália, torna-se classe dirigente na medida em que faz da questão meridional uma questão nacional (COUTINHO, 1999, p. 68).

Segundo o filósofo italiano Antônio Gramsci, podemos falar de uma “batalha pelas ideias” que ocorre tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, nesta última, nos aparelhos privados de hegemonia, como definiu o intelectual italiano. Nesse sentido, ao interpretarmos as atuações de Manoel Novaes a partir das categorias de análise de Gramsci, podemos enxergar nele um intelectual orgânico, representante da elite regional baiana, que constantemente buscava através de seus discursos e posicionamentos estabelecer uma hegemonia de ideias acerca do Vale do São Francisco juntamente com o seu projeto de intervenção, a CVSF (COUTINHO, 1999, p. 74).

Transformar o “vale da redenção do povo dos sertões do Brasil”, esta é a última frase do discurso de Manoel Novaes em sua apresentação na data de 26 de setembro de 1947. Finalizadas as discussões, o projeto 262 se arrastou por mais de 1 ano entre debates, análises e discussões, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal e nas Comissões Técnicas. Até a data de sua aprovação, o projeto original sofreu pequenas modificações, sendo aprovado no dia 11 de dezembro de 1948 na Câmara dos Deputados, sob o número 1.037 do Senado. Depois de ter sido aprovada pelo Congresso, o projeto foi enviado ao Palácio do Catete, e no dia 15 de dezembro de 1948, foi sancionada a Lei 541, que “cria a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências”. Na íntegra a Lei 541 era composta por 19 artigos e visava o cumprimento por parte do Governo Federal de obras na região do Vale do São Francisco por um prazo de 20 anos (NOVAES, 1989, p. 89-92).

Depois de aprovada a lei que criava a Comissão, extasiado com a aprovação da Comissão, Novaes declarou em seu livro de memórias: “Enfim, mãos à obra para a conquista definitiva de um “Eldorado” há tanto descoberto e imperdoavelmente ignorado por várias gerações de homens públicos deste país” (NOVAES, 1989, p. 93).

### Considerações finais



O nosso objetivo neste artigo foi apresentar os argumentos e as estratégias políticas utilizadas pelo deputado baiano Manoel Novaes, no contexto dos debates acerca da criação da Comissão do Vale do São Francisco entre os anos de 1946 e 1947. Assim sendo, citamos brevemente a conjuntura econômica da época, fortemente marcada pelas ideias econômico-desenvolvimentista e a criação de várias autarquias, e abordamos nas falas de Novaes a forte presença dos ideais nacionalistas. Nesse sentido, foi possível vislumbrar nos argumentos de Novaes conteúdos de caráter tanto desenvolvimentista quanto nacionalista, ao mesmo tempo, em que foi perceptível os interesses regionalistas, tanto de políticos quanto das elites econômicas, que por detrás dos discursos de “interesse nacional” vislumbravam atender demandas particulares.

**Data de Submissão:** 31/05/2021

**Data de Aceite:** 13/08/2021

### **Fontes**

Arquivo CPDOC-FGV.

Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco.

NOVAES, Manoel. **Memórias do São Francisco**. Brasília: CODEVASF, 1989.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Editora Bertrand, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRUPPI, Luciano. Il concetto di egemonia in Gramsci. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HIRSCHMANN, Albert. **Projetos de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.





MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Hucitec, 1984.

PAULA, Dilma Andrade de. A Comissão do Vale do São Francisco como experimento de desenvolvimento e planejamento regional no Brasil, 1946-1950. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

PAULA, Dilma Andrade de. O debate parlamentar na criação da Comissão do Plano de Aproveitamento da Bacia do São Francisco (1946-1948): significados da atuação de Manoel Novaes. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.

PEREIRA, Laurindo Mekie. Em nome do Vale e da Nação: a intervenção de Geraldo Rocha, Manuel Novais e José Maria Alkmin nos debates sobre o desenvolvimento do Vale do São Francisco. In: PAULA, Dilma Andrade de; Laurindo Mékie Pereira (Org.). **Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres**. Jundiá, Paco Editorial: 2017.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismos. **Ideação**, Feira de Santana, n.4, p. 49-78, jul/dez. 1999.

PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo, Contexto, 2016.

SILVA, Marlon Andrey Nunes da. O Rio São Francisco e a Integração Nacional: entre a utopia e a distopia. In: **V Congresso de Desenvolvimento Social - Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. PPGDS/Unimontes, 2016.